

O fenômeno do extermínio contra a população negra no Brasil

Rayane Vieira Furtado

Graduada em Serviço Social

Thiago Bazi Brandão

Professor e Doutor em Política Social

Resumo: O presente artigo analisa o fenômeno do extermínio contra a população negra, principalmente os jovens residentes de periferias. Levando em conta o contexto histórico da violência sofrida pelos negros desde o tráfico dos navios negreiros até os tempos atuais. A subalternização desse povo esteve relacionada aos marcadores de desigualdades sociais, verificando a existência do racismo estrutural sempre presente no sistema capitalista de opressão. Frente a atual conjuntura do negro na sociedade, no decorrer deste trabalho analisa-se estratégias de enfrentamento através de políticas afirmativas e de combate ao racismo, intensificando-se um complexo desafio para as políticas públicas. Sobretudo a pesquisa analisa o que demonstra as altas taxas de homicídios de negros e negras no Brasil, o encarceramento em massa de homens-jovens-negros, além de apresentar programas estratégicos de direitos humanos para o fortalecimento das políticas públicas inerentes à igualdade racial. Para isso foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa em que foram entrevistados sete especialistas no debate da questão racial a fim de analisar suas percepções sobre o extermínio da juventude negra, a pesquisa apresentou como resultados o racismo estrutural como principal fator desse fenômeno.

Palavras chave: extermínio; homicídios; Jovens; genocídio; raça.

Abstract: The present study aims to analyze the phenomenon of extermination against the black population, especially young people living on the outskirts. Taking into account the historical context of the violence suffered by blacks since the trafficking of slave ships to the present times. The subordination of these people was related to the

markers of social inequalities, with the existence of structural racism always present in the capitalist system of oppression. In view of the current situation of blacks in society, in the course of this work, coping strategies are analyzed through affirmative and anti-racism policies, and a complex challenge for public policies is intensified. Above all, the research analyzes what demonstrates the high homicide rates of black men and women in Brazil, the mass incarceration of young black men, in addition to presenting strategic human rights programs to strengthen public policies inherent in racial equality. For this, a quali-quantitative research was carried out in which seven experts were interviewed in the debate on the racial issue in order to analyze their perceptions about the extermination of black youth, the research presented as results structural racism as the main factor of this phenomenon.

Keywords: extermination; homicides; youth; genocide; race.

Introdução

Para a compreensão da formação social brasileira devemos levar em conta, toda a trajetória do negro, que desde o início esteve presente, e faz parte da nossa sociedade. A violência sofrida pelos negros no período da escravidão foi marcada por situações vividas desde o tráfico negreiro onde eram tratados como mercadoria e vendidos facilmente para o trabalho escravo, tinham as piores condições de vida e escassez ou mesmo ausência de serviços básicos, além de castigos sofridos por parte dos senhores. Nessa época era comum a alta quantidade de negros mortos pela própria dinâmica da exploração do trabalho escravo.

A atualidade ainda está marcada pelos traços desse período cruel, a violência tomou outras formas e novas expressões da questão racial, frente essas violências os movimentos sociais, principalmente o Movimento Negro fazem pressão para que o Estado garanta seus direitos. São os movimentos sociais e as várias manifestações através da cultura, música, arte e outros, que a população negra concretiza a conquista de seus direitos e reafirma sua identidade. O alcance das políticas públicas e das medidas de ações afirmativas, trouxeram para os negros novas possibilidades diante das desigualdades.

A questão racial tomou um nível de complexidade estabelecida pelas relações raciais, a compreensão da totalidade social em meio as lógicas que compõem essas tensões raciais no capitalismo, nos trouxe e ainda desenvolve reformulações da questão racial. A superação da colonialidade e da naturalização do racismo, nos levaria a novas estratégias de luta.

O fenômeno do extermínio contra a população negra tomou uma grande proporção na atualidade, principalmente em jovens negros brasileiros. O extermínio começa com o preconceito, com o racismo, com a inferioridade do negro, quando há violações de direitos e violências, caracterizando o racismo estrutural presente na sociedade brasileira e como ponto inicial para o debate da questão de racial.

A mortalidade da população negra está diretamente associada a desigualdade social, as altas taxas estão direcionadas principalmente a homens, jovens e negros. Esse mesmo perfil se repete quando analisado o sistema penitenciário brasileiro que carrega o encarceramento em massa da população negra e da seletividade racial na prática institucional, em especial, na atuação da polícia.

Para compreensão e aprofundamento sobre o debate da questão racial este artigo se propôs a analisar a percepção de especialistas que vivenciam o fenômeno do extermínio contra a juventude negra e a discussão sobre como o racismo estrutural se desenvolve e opera na sociedade, consequências do nosso passado, advindas de um sistema de opressão que necessita da produção e reprodução da Questão social.

A violência sofrida pelos negros

O primeiro ponto necessário para a análise da formação sócio histórica brasileira é a escravidão como fonte de acumulação primitiva do capital com a exploração da força de trabalho escravo. O escravismo gerou um novo sistema de produção, ele antecede o sistema capitalista através do capital comercial ao qual os negros geravam com sua força de trabalho, onde o escravo seria o trabalhador (IANNI, 1978).

A diáspora negra é marcada por uma série de atrocidades e violências vivenciadas por negros nas travessias dos navios negreiros (AMARAL, 2011). As causas de mortes nessa operação eram diversas, muitas desconhecidas, mas

principalmente deviam-se aos castigos e esforços físicos, falta de comida e água (RIBEIRO, 2011). O poema o “navio negreiro” de Castro Alves retrata toda a situação vivida pelos negros, pode-se analisar o sentimento de dor do qual eles eram submetidos tratados como mercadoria, estavam postos à venda treinados somente para o trabalho, o nível de mortes já era muito alto.

As mulheres negras eram usadas como fonte de renda para exploração sexual, segundo Nascimento (1978) o termo “mulato” referia-se ao estupro entre um homem branco e uma mulher negra. As crianças negras eram vistas como pequenos escravos, inicialmente serviam de animais de estimação para o divertimento da casa grande, em seguida eram treinados ao trabalho.

Muitos fatores ocasionados no período da escravidão repercutem na contemporaneidade, principalmente no alto índice de homicídios de negros no país, a violência racial mostra-se muito recorrente desde então.

As relações raciais no Brasil são reforçadas pelo discurso da democracia racial, essa análise dá início a um processo de naturalização do racismo e conseqüentemente abre espaço para novas formas de opressão, para Ortegá (2018) apud Fernandes (1973) a teoria marxista da dependência onde os países subdesenvolvidos seguem os padrões dos países desenvolvidos, contrapondo com sua realidade, ou seja, essa relação trouxe conseqüências para as classes sociais no Brasil, enquanto nos países dominantes o colonialismo encontra alternativas para superação, no Brasil acabou surgindo outras mazelas, novas expressões da questão racial. A compreensão racial nessa relação de dependência, mostra-se através de novos problemas gerados pelo capitalismo, onde o desenvolvimento acontece somente para uma parcela da sociedade.

Com isso observa-se que o escravismo era fonte de lucro e produzia uma grande força acumulativa do capital, desde o início da sua trajetória os negros tiveram que batalhar para obter o mínimo de condições básicas para sua sobrevivência. O passado que para a população negra traz marcas de dor e também de conquistas mostraram na sua luta que para a superação da colonialidade e na união de forças para o enfrentamento das questões raciais mostram-se nas relações sociais e no reconhecimento da sociedade. Revela-se ainda que a desigualdade social está

intrinsecamente ligada com as violências e violações de direitos dos negros, diante dos dados apresentados as desigualdades raciais mostram-se demandas complexas.

Políticas afirmativas e de combate ao racismo no Brasil

Em 1980, o movimento negro consegue se posicionar e tem atuação direta no Estado, tiveram as primeiras ações frente as políticas públicas para os negros. Durante o governo de Franco Montoro, em São Paulo, teve a criação do “Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra”, que prometia a implementação de políticas de inclusão da população negra, o Estado quebra essa ideia do discurso da democracia racial. Em 1988 implementa o “Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura”, esse ano trouxe para a população negra e para todo o país notoriedade, pois pouco se falava da questão racial e relações raciais (JACCOUD E BEGHIN, 2002).

Todo o reconhecimento tanto por parte do Estado como da sociedade são imprescindíveis para a luta dos negros e negras. Há uma necessidade desse reconhecimento do Estado na adoção de medidas para os grupos discriminados, essa questão tem sofrido muitos empasses visto que ainda há quem acredita no discurso da democracia racial e em restrições no enfrentamento a discriminação.

A Constituição Federal de 1988 surge então resguardando direitos iguais a todos sem discriminação de raça, cor, sexo e idade. As conquistas trazem ainda aos negros o reconhecimento e a valorização da cultura, o reconhecimento das comunidades quilombolas e a legalização dessas terras e a criminalização do racismo.

No governo do Sarney, no Ministério da Cultura, através de uma assessoria para afro-brasileiros, surge em 1988 a Fundação Cultural Palmares, pela primeira vez no poder executivo há uma frente que represente a população negra. Em 1989 estudiosos lançam a campanha “Não deixe sua cor passar em branco”, eles desenvolveram vários trabalhos como a história do negro no Brasil, na economia e na antropologia. A função era mostrar que o negro não estava inserido somente na cultura (JACCOUD E BEGHIN, 2002).

Nos anos posteriores muitos projetos voltados a população negra foram desenvolvidos como a “Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras”, a

“delegacia especializada em crimes raciais”, a “Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra”, mas foram fechados por falta de apoio.

Em 2000, o Brasil participou de uma importante conferência realizada pela ONU, a “III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata” em Durban debatem a questão racial, com a participação de pessoas importantes no cenário político, nessa conferência foi revelada através do Ipea, pela primeira vez dados sobre as desigualdades entre pessoas negras e não negras na sociedade (JACCOUD E BEGHIN 2002, p.20).

Uma proposta criada como medida para o fortalecimento da igualdade social e promoção dos direitos humanos no Brasil, segundo relatório produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2009) foi o PNDH I surgiu em 1996, em seguida foi atualizado em 2002 para o PNDH II que amplia sua visão e implementa medidas em relação as desigualdades socioeconômicas, analisa-se que os negros compõem a maior parte da população de baixa renda. Ainda em 2002 é criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas com ênfase em negros, mulheres e pessoas com deficiência.

O último o PNDH III, este atualizado em 2010, foi uma longa trajetória para a formulação de propostas e eixos fundamentais para a consolidação dos direitos humanos no Brasil. Com esse intuito o programa apresenta em suas diretrizes o combate às desigualdades estruturais, sendo que o objetivo estratégico é “Igualdade e proteção dos direitos das populações negras, historicamente afetadas pela discriminação e outras formas de intolerância”, este eixo estabelece uma base para outras políticas de promoção da igualdade racial. O programa intitula ações de enfrentamento com parcerias dos órgãos federais para a população negra.

As ações afirmativas de enfrentamento ao racismo visam numa forma de reparação das desigualdades para suprir determinados grupos que sofreram ou sofrem com atos de discriminações, elas devem ser consideradas pela sua totalidade. Para Andrews (1996) as medidas adotadas pela ação afirmativa tendem a ser uma intervenção do Estado frente a ausência de pessoas negras em várias áreas sociais. Observa-se que a quantidade não necessariamente afirma que há uma inclusão dos discriminados.

As ações afirmativas no Brasil segundo Jacoud e Beghin (2002) pretendem igualdade de oportunidades para grupos que foram marginalizados que revelam características específicas, elas têm um limite de tempo e são focalizadas, promovem a inserção de grupos desfavorecidos nas várias áreas de convívio social, saúde, educação, segurança, mercado de trabalho.

Existem resistências as políticas de ações afirmativas, algumas críticas se revelam trazendo uma nova questão política de que o Estado se fragiliza a ordem social, baseadas na ideia de que as medidas que se comprometem a inibir a discriminação através de privilégios, somente inverteria a situação, sem resultados, criando uma nova forma de discriminação.

As políticas de ações afirmativas são necessárias e devem ser tratadas com urgência, pois diante dos fatos não é possível adiar o enfrentamento da questão racial no país. Se deparamos com ações cotidianas de desigualdades entre brancos e pretos são necessárias políticas públicas de combate à exclusão, discriminação e racismo. Para Jacoud e Beghin (2002) as discussões favoráveis as ações afirmativas no Brasil seguem três pressupostos: o primeiro pressuposto analisa como principal fator de desigualdades a raça; o segundo é de que a desigualdade racial é um fenômeno histórico e social; e o terceiro é de que as políticas públicas universalistas são incapazes de atender as necessidades da população negra.

Sabe-se que é necessário debates mais aprofundados e o reconhecimento social, acerca das políticas de ações afirmativas, o sistema de cotas raciais nas universidades e nos concursos públicos representa um grande avanço quanto as ações implementadas pelo Estado no enfrentamento a questão racial e também pelo reconhecimento das desigualdades raciais presentes na sociedade em diversos setores, mas elas não se restringem somente as cotas raciais e ou ao mercado de trabalho, mas em outros aspectos sociais que também são essenciais para a inclusão social.

O Extermínio da população negra

A violência contra a população negra apresenta também indicadores sociais, os altos índices de homicídios relacionam-se diretamente com a desigualdade social, segundo Cerqueira e Coelho (2017) a questão de homicídios no Brasil tornou-se

naturalizada, diante dos crescentes dados dos anos anteriores, essas mortes mostram que a população negra, principalmente os jovens, de baixa renda e baixa escolaridade, compõe esse quadro. A relação entre desigualdade social e desigualdade racial, está justamente no fato de que as mortes não necessariamente são ocasionadas pela cor da pele, mas por sua condição social. A questão de classe interfere nas altas taxas de homicídios, mas há diversos fatores que também estão ligados com a mortalidade da população negra.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE (2010) analisou a evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil por raça/cor entre os anos de 2007 a 2017, a pesquisa demonstrou o crescente quantitativo de homicídios de mulheres negras e não negras, no país. Os estudos mostram que além das características gerais como gênero, naturalidade, idade, a raça revela-se um fator importante a ser discutida, a raça: preta e parda, segundo os dados, possuem os maiores índices, e conseqüentemente o grupo mais afetado, de homicídios no Brasil. Em números absolutos “a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo” (CERQUEIRA ET AL, 2019, p. 38).

Esse estudo da evolução da taxa de homicídios femininos mostrou que desde os dados dos anos entre 2005 a 2015 as mulheres negras tinham maior número de mortes em relação com as mulheres não negras e esse número só aumenta no decorrer dos anos, o mesmo acontece com o número de homicídios de homens negros no Brasil, entre os anos de 2007 a 2017 o IBGE analisa que o último ano, a taxa de homicídios negros foi de 9,1 a cada 100 mil habitantes.

Cerqueira et al (2019) analisa que alguns fatores que associam os negros à criminalização, estão no fato do racismo estrutural, que se associa às condições sociais e também na construção social de estereótipos do negro vinculado a pessoas violentas ou ameaçadoras. Ainda há a questão das desigualdades no mercado de trabalho e na educação. As mídias sociais dificultam a realidade da população negra na divulgação dos dados e notícias, às notícias referentes a morte dos negros, na maioria das vezes é silenciada ou faz o uso de outros vocabulários para identificar uma pessoa negra. O negro possui as menores taxas de renda, se encontraram com mínimas condições de sobrevivência, a pobreza esteve associada a essa parcela da população desde muitos anos, adicionadas a falta de políticas públicas. Estes são

sujeitos a maiores dificuldades de acesso a proteção social e sujeitos a frequentar localidades mais violentas.

Em 2010, Cerqueira e Coelho analisaram a probabilidade de um indivíduo sofrer homicídio no Brasil por idade e raça, para a verificação da taxa de homicídios no país, embasaram-se em fontes de pesquisa do IBGE, e no Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, as informações ressaltaram que os causas e efeitos gerados na população negra, não estão relacionadas somente aos fatores socioeconômicos, mas raça, idade, sexo, escolaridade e localidade. o estudo revelou que dos 15 aos 19 anos, são as idades mais comuns, destaca-se ainda que os negros com 20 anos, a taxa de homicídios dispara chegando a 150% de chances a mais do que um homem não negro. “De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (IDEM, 2017, p.30).

O índice de homicídios no país revela a existência de um perfil que compõe esses números, para Ortegá (2018) apud Waiselfisz (2014) na maioria das vezes estão concentrados em zonas mais precárias, recebem serviços básicos mínimos, onde já está definido a classe social, os estudos indicam que 70% dos jovens assassinados no Brasil são negros.

Como destaca Tarsila (2016) os dados de pesquisas de homicídios no Brasil revelam que os jovens negros têm maior tendência a serem vítimas de homicídios três vezes mais do que jovens brancos. O Nordeste é o Estado que mais apresenta níveis de homicídios entre jovens e cresce a cada ano, as pesquisas apresentam ainda que as incidências são mais frequentes em locais urbanos.

O extermínio da juventude negra brasileira é um fenômeno complexo, “a interpretação dos jogos de relações de poder, de exclusão social e da tentativa de extermínio de parte de uma população, vinculada a práticas de racismo e justificada pelas relações inerentes ao sistema capitalista” (TARSILA, 2016, p.112).

O genocídio de jovens negros não se deve unicamente a esse fato, amplia-se o debate para a compreensão desse fenômeno, uma vez que se revela expressão do racismo presente na sociedade. Seguindo essa análise a juventude negra em sua maioria em situação de vulnerabilidade com mínimas condições de sobrevivência acabam com trabalhos que por vezes não lhe garantem um salário mínimo, que exige

mais força física. Não lhes restam outras alternativas para garantir seu sustento e de suas famílias, a juventude negra se direciona ao tráfico de drogas (IDEM, 2016).

Ao mesmo tempo que o tráfico de drogas irá a curto prazo lhe prover seu sustento, pode ser uma opção de renda e ascensão social, por outro lado é um fator que ocasiona a morte de muitos jovens negros seja por conflitos internos por território da venda, seja por confrontos policiais e pelo seu extermínio por grupos genocidas. Os grupos genocidas agem com o objetivo da “limpeza racial e social” e até mesmo policiais em operações contra o tráfico quando matam jovens negros sem provas ou causas aparentes, guiados pelo discurso da ordem e paz social. No Brasil, o alto nível de homicídios para muitos ainda não configura o genocídio da população negra, mas esse fenômeno surge na vontade de excluir uma parcela indesejada da sociedade, como forma de controle social e racial (TARSILA, 2016).

Em 2017, o IBGE realizou uma pesquisa sobre a taxa de homicídios de jovens, onde revelou que uma pessoa branca tem menos chance de ser vítima de violência do que uma pessoa preta, essa taxa se acentua ainda mais pelo sexo masculino entre 15 a 29 anos. “Nesse grupo, a taxa chegou a 98,5 em 2017, contra 34,0 entre os jovens brancos. Considerando os jovens pretos ou pardos do sexo masculino, a taxa, inclusive, chegou a atingir 185,0” (IBGE, 2019, p. 9).

O sistema penitenciário brasileiro

Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – Infopen entre o período de 2005 a 2012 houve um crescimento de 74% da população carcerária no Brasil, “em 2005 o número absoluto de presos no país era 296.919, sete anos depois, em 2012, este número passou para 515.482 presos” (BRASIL, 2015, p.25). Em 2019 entre os meses de julho a dezembro, esse número atingiu 748.009 do total de presos.

Em 2005 a Série Juventude Viva fez uma análise do perfil da população carcerária brasileira, foi possível observar que há uma predominância masculina, embora o número de mulheres presas tenha aumentado, ficou evidente que os jovens são em maior número nas penitenciárias brasileiras, totalizando 54,8%. “Em 2005, dentre os presos para os quais havia essa informação disponível, 53.599 tinham entre

18 e 24 anos e 42.689, entre 25 e 29 anos. Já em 2012, 143.501 tinham de 18 a 24 anos e 266.356 destes tinham entre 25 e 29 anos” (BRASIL, 2015, p.31).

A pesquisa vai mais a fundo e analisa que para cada 100 mil habitantes brancos houve 191 presos, já para a mesma proporção para pretos o número representa 292 encarcerados. A partir disso, o estudo revela que existe um perfil racial e etário que compõe o sistema prisional brasileiro que são: homens, negros e jovens. Quanto maior o crescimento da população carcerária maior será a quantidade de negros presos no país.

Método

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, onde participaram do estudo especialistas envolvidos (as) no debate da questão racial a fim de trazer análises para aprofundamento numa questão que atualmente é pouco discutida, isto é, o extermínio dos jovens negros de periferia. O perfil dos entrevistados são pessoas inseridas em diversas áreas de atuação acadêmica e profissional, que contribuíram com a compreensão e novas perspectivas no enfrentamento da questão racial, são eles: pesquisadores, representante da política de promoção da igualdade racial no DF e membro do conselho dos direitos dos negros no DF, militante da Frente das Mulheres Negras do DF e Entorno, representante do enfrentamento ao racismo no DF, relatores da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil e assistentes sociais.

O contato com os entrevistados foi realizado no período de abril a junho de 2020, ao todo foram entrevistados sete especialistas. O principal meio de condução da entrevista foi através das redes sociais, e-mails e telefone. A entrevista não pode ser feita pessoalmente, pois no momento o Brasil está passando por uma pandemia, trata-se da Covid-19, doença causada pelo coronavírus, tem se tornado um desafio para os serviços de saúde pública no país e para o enfrentamento desse vírus estamos em isolamento social.

A importância do entendimento sobre esse tema é sobretudo analisar como as desigualdades sociais de fato, fazem parte da nossa sociedade. Essas desigualdades relacionadas com o negro desde o início da história mostra-se que ainda vivemos, sob o discurso de democracia racial. Essa pesquisa se propôs a analisar o que demonstra

essa alta taxa de mortalidade contra a população negra, visto que as mulheres negras são as maiores vítimas de violência, os homens negros lideram os índices de mortalidade e o perfil que tem mais mortes são os jovens, negros e residentes de periferias. Diante disso, é fundamental um espaço de fala principalmente de pessoas que vivenciam o fenômeno da questão racial e do extermínio da juventude negra brasileira, pois o conhecimento é essencial para a compreensão da questão racial.

As perguntas foram desenvolvidas para a promoção de discussões do debate étnico-racial resultando nas seguintes categorias: inserção no debate da questão racial; pautas que atuam: discriminação racial, preconceito e racismo; o fenômeno do extermínio contra a população negra; violência letal entre os jovens negros.

Resultados e discussões

a) Inserção no debate da questão racial

As principais formas de inserção no debate da questão racial dos entrevistados foram através de movimentos sociais, da militância negra, da cultura afro brasileira, do contato inicial no seio familiar, no meio acadêmico e em estudos sobre as desigualdades sociais.

Os movimentos sociais e as manifestações culturais na percepção de Tavares (2010) culturais fortalecem a luta de raça e de classe, encontra-se também uma constante readaptação do sujeito dentro das condições sociais. Destaca-se no âmbito do Serviço Social o recurso a atividades culturais e artísticas como estratégia de fortalecimento da identidade dos sujeitos históricos.

A importância do debate racial é indispensável para a formação sócio histórica do Brasil, a necessidade de um debate mais aprofundado emerge de uma análise onde o sistema econômico capitalista estrutura as relações sociais, isto implica nas desigualdades raciais moldadas para as relações de mercado, “a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista” (ALMEIDA,2018, p.144).

A desigualdade social e a desigualdade racial para Santos (2011) se articulam de forma complexa que envolvem fatores como saúde, educação, habitação, renda e outros.

A discriminação racial vista como prática velada, atualmente é visível e percebida, essas relações também afetam os processos acadêmicos visto as disparidades entre estudantes brancos e negros nas universidades, na percepção de Guimarães (2003) são muitas as dificuldades que um negro precisa enfrentar para ingressar no ensino superior, inicialmente não havia uma divulgação da quantidade de universitários analisando a cor/raça, apesar dos avanços, da implementação das ações afirmativas, a ausência de negros nesses espaços ainda é muito inferior.

b) Pautas que atuam

Nessa categoria foi abordado a interseccionalidade dos temas em questão, segundo Akotirene (2018) essa ideia remete a inter-relação de vários grupos que sofrem algum tipo de repressão. Foi mencionado pelos entrevistados suas constantes lutas contra o racismo, mas também pela LGBTfobia, gênero, classe, intolerância religiosa das religiões de matrizes africanas, da atuação direta dos direitos humanos e pela luta contra o encarceramento em massa.

De acordo com Davis (2016) são esses três elementos: gênero, classe e raça que se relacionam e também geram diferentes formas de opressão estruturantes na sociedade. As mulheres negras tiveram que lutar por seu reconhecimento, desconstruindo uma visão patriarcal de subordinação desde as violências vivenciadas na escravidão até os dias atuais. São pautas que se articulam e são indissociáveis ao feminismo, a luta antirracista, a discussão de classes sociais, deve-se pensar a partir das diferenças e não nas reproduções das desigualdades.

A discussão trouxe à tona o encarceramento em massa da população negra, que reflete a um sistema de justiça criminal seletivo, do qual é feito um recorte racial como sujeitos altamente criminosos vistos como “marginais”, o que reforça a formação de um sistema prisional brasileiro em que os negros são vítimas da violência policial e da lógica do extermínio. Vê-se que o racismo opera nas relações de poder, “se revela cada vez mais adequado às novas formas de produção, atuando nas práticas de controle nas relações sociais capitalistas” (CARDOSO, 2018, p. 950).

Percebe-se que há um trabalho em rede entre diferentes áreas atuando sobre uma mesma questão no combate as diversas expressões da questão social, como mecanismos de proteção e promoção da igualdade racial.

c) Discriminação racial, preconceito e racismo

O processo de acumulação primitiva do capital, inferioriza classes e grupos, que tem na sua raiz a escravidão, sistema este que segundo Barroso (2018) produz e reproduz estruturas fundantes entre “patriarcado, racismos e capitalismo”, fatores que necessitam da opressão e exploração da força de trabalho, característico do sistema. Existe uma hierarquia das classes sociais que formam um conjunto de sistemas de opressão, dominação e discriminação.

Segundo Silva e Bertoldo (2010) as relações mercantis aos poucos foram naturalizando as consequências desse sistema, a pauperização, a desigualdade e a condição de uma raça ser superior a outra.

A raça foi um termo muito discutido em diferentes posicionamentos, o conceito de raça remete principalmente a cor da pele, segundo Munanga (2003) a partir do século XVIII esse critério foi essencial para a definição de raça, em termos biológicos esses traços marcavam características específicas como cor dos olhos, formato do nariz, cabelos, classificando-os em grupos. Essa estratificação das raças está relacionada com uma construção social, onde há uma hierarquia que determina a sua posição na sociedade, reafirmando as desigualdades e a dominação sobre o outro.

As relações raciais foram apagadas através do discurso de democracia racial existente no Brasil, alegando igualdade de direitos e oportunidades para a população negra, esse discurso afirma que todos vivem em plena harmonia e o país caracteriza-se pela miscigenação, reproduzindo a ideia de uma sociedade sem discriminações e desigualdades raciais, essa tese é de antemão citada por Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande e Zenzala”, ao mencionar o equilíbrio nas relações raciais no Brasil. O mito da democracia racial mostra-se no cotidiano, a inferioridade da população negra em diversas áreas social, econômica e política.

O racismo não só se reproduz como também se reconfigura com o passar dos tempos

O racismo é, então, um conjunto de práticas pautadas na lógica de submeter – reduzir, invisibilizar, criminalizar, subalternizar, colonizar, inferiorizar – o outro – pessoas, grupos, povos, comunidades – a estereótipos – na maioria das vezes “animalizadores” – e a uma condição de aniquilamento (PASSOS, 2017, p.4).

Esse conceito de racismo como uma condição de aniquilamento, fortalece o debate para o fenômeno do extermínio contra a população negra, principalmente os jovens.

d) O fenômeno do extermínio contra a população negra

Esse fenômeno caracteriza-se como genocídio segundo Sinhoretto e Morais (2018) tem seus defensores e surgiu a muito tempo com as teorias eugenistas de limpeza e higienização das raças. Pela visão deles, a raça branca, considerada pura deveria ser a única na sociedade. Os apoiadores naturalizavam a violência, e o extermínio já era esperado.

Atualmente essa política também reverberou através da necropolítica, segundo Mbembe (2016) estudos de Foucault revelam termo biopoder como uma forma de controle social, onde a população se torna objeto das relações de poder, embora sua relação com a biopolítica defina quem morre e quem vive.

A construção dessa da lógica da necropolítica segundo Mbembe (2011) se desenvolveu na colonialidade com o extermínio de povos indígenas e africanos, a raça constitui elemento fundante desse processo, o sistema escravocrata exemplifica a necropolítica. A relação de poder e a dominação de determinados grupos é exercida pelo Estado, essa dinâmica é perceptível em zonas periféricas, no sistema carcerário, em populações em situação de rua, no genocídio, onde está concentrada a população negra.

O racismo institucional está diretamente relacionado com o genocídio da população negra, essas práticas dificultam o acesso desses grupos a determinados espaços, o genocídio se mostra no racismo institucional quando a população negra tem menor acesso ou nível de escolaridade, acesso a saúde, salários inferiores, maior taxa de desemprego, maior número de mortes, maioria carcerária e outros.

A atuação policial e o controle social do Estado de acordo com relatório produzido pelo Ipea (2013) a segurança pública constitui uma estratégia de controle social da criminalidade e violência a serviço do Estado. A ação policial deve ser igualitária, mas os dados denunciam uma maior agressão em abordagem policial, em pessoas negras. Os suspeitos têm um perfil de cor e de classe social determinada, esse tipo de abordagem é discriminatório e naturaliza a violência sobre os negros, muitas ações como essa provocam manifestações públicas em sentimento de revolta, embora um aparato sistêmico silenciador minimize as práticas do racismo institucional.

O extermínio da juventude negra segundo Ortegá (2017) se dedica a compreender do ponto de vista teórico político, as diversas nuances que envolve os homicídios de jovens negros no país. Trata-se, portanto, de um processo sistêmico de violências caracterizado pelo racismo. O conceito de extermínio nesse caso pretende analisar além dos homicídios, não somente dados estatísticos, mas de fato analisar o fenômeno do extermínio e seus mecanismos históricos.

e) Violência letal entre os jovens negros

Existem uma série de fatores associados a violência letal expressa especialmente na exclusão e extermínio de jovens negros, esses condicionantes determinam um perfil do qual essas mortes são mais frequentes.

O aumento gradual de jovens-homens-negros no sistema penal brasileiro na perspectiva de Flauzina (2006) está associado diretamente ao controle de um grupo específico, ao invés de combater ativamente sobre práticas criminosas. O corpo negro é criminalizado através de estereótipos e comportamentos pelo sistema penal que por sua vez é seletivo e reproduz o racismo, a discriminação e o preconceito.

A condição racial define o valor da vida na sociedade seja por fatores sociais, econômicos e políticos, como menciona Brito (2017) relacionado ao extermínio da juventude negra, “matar o jovem negro é também dar continuidade ao projeto de embranquecimento do Estado” (p.91).

A falta de políticas públicas e sociais na promoção de igualdade racial na perspectiva de Ortegá (2017) embora no campo das políticas sociais nos remetam

aos avanços alcançados no combate ao racismo, fica evidente a contraposição do Estado ao assumir suas responsabilidades e vê-se um aumento significativo de mortes e encarceramento.

O Estado ainda não foi capaz de dar respostas suficientes no combate ao racismo, o principal fator que define a violência letal contra os jovens negros é o racismo estrutural.

Considerações finais

O contexto do período da escravidão traçou drasticamente a vida dos negros e negras na contemporaneidade, a base de um Estado racista e classista, onde a supremacia branca ainda revigora e os negros são colocados à margem da sociedade. A desigualdade social intrínseca a desigualdade de raça tornou-se uma das principais consequências desse sistema, que afeta diretamente a população negra no Brasil. A diáspora negra revelou-se como um processo histórico de acumulação primitiva do capital, marcado por suas características genocidas.

O fenômeno do extermínio inicia-se com o racismo estrutural, seguido de uma série de atrocidades que compõe a lógica da política de morte. A falta de saneamento básico, dificuldades no acesso a saúde, educação, segurança, dessa maneira a população vai morrendo aos poucos com o descaso do Estado e principalmente com o desmonte das políticas sociais. O genocídio negro está posto como forma de controle social, com o racismo institucional como base para as violências raciais.

A resistência do povo negro torna-se visível através dos movimentos sociais, da militância negra, das campanhas de denúncia e prevenção, além das suas persistentes lutas no combate ao racismo. O movimento negro, o movimento de mulheres negras e as várias manifestações contribuíram efetivamente para a afirmação da identidade negra, pelo reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e pelo acesso as políticas públicas. Avança-se com as medidas de ações afirmativas no país, com a criação do Estatuto de Igualdade Racial, políticas necessárias embora ainda sejam insuficientes, pois ainda não alcançam um número significativo para o reparo de danos em vista do que foi a escravidão no Brasil.

A análise a partir dos fatores que geram o genocídio, os altos números de homicídios da juventude negra compõem a política de extermínio. Apesar do fenômeno do extermínio contra a juventude negra recentemente vir à tona e ser assunto muito comentado devido as mortes da vereadora Marielle Franco, do João Pedro, do George Floyd foram o estopim para uma onda de manifestações no país e no mundo contra o racismo, mas diante dessa instabilidade, quantas outras vidas negras serão necessárias para que o racismo seja considerado como prioridade nas ações e pautas políticas?

Dar voz e lugar de fala para aqueles que não puderam se expressar devido ao sistema de opressão, daqueles que foram privados dos seus direitos. Dar existência para aqueles que são inferiorizados para que possam preencher os espaços de poder. Para que isso aconteça, além das regulamentações que já estão em vigor no combate ao racismo, o governo deve investir principalmente em estratégias e iniciativas que diminuam as desigualdades raciais, com a implementação de programas e projetos sociais com vistas a promoção da igualdade racial.

Fomentar a implementação de disciplinas específicas na grade curricular acadêmica que discutam não só o racismo no Brasil e no mundo, mas das várias expressões da questão racial, de forma a tensionar um posicionamento crítico sobre o desenvolvimento do fenômeno do extermínio da juventude negra e como enfrentá-lo, assim teremos profissionais preparados para atuar com a população negra e comprometidos com o antirracismo no Brasil. Vale-se também para o ensino básico a necessidade da educação da questão racial e o reconhecimento desde cedo, como parte de prevenção, de práticas racistas.

É importante reforçar a sociedade civil de que há possibilidades de denunciar o racismo e que estejam atentos a não ser coniventes com essa prática. A conscientização de todos, a busca por estratégias de luta, pelo fortalecimento das políticas públicas e na promoção da igualdade racial, nos elevaria a superação da colonialidade.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Editora Letramento. Belo Horizonte, MG, 2018.
- AMARAL, Sharyse. **História do negro no Brasil: módulo 2.** CEAO-UFBA. Salvador, 2011.
- ANDREWS, George. **Ação afirmativa: um modelo para o Brasil? Anais do Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos.** Brasília: Ministério da Justiça, 1996.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Brasília: SEDH/PR, 2009.
- BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil.** Brasília, 2015.
- BRITO, Maíra De Deus. **História de Vida de Mães que Perderam os Filhos Assassinados: “Uma Dor Que Não Cicatriza”.** Universidade De Brasília, outubro de 2017.
- CARDOSO, Francilene. **Racismo E Necropolítica: a lógica do genocídio de negros e negras no Brasil contemporâneo.** Revista de Políticas Públicas, p.950-967, 2018.
- CERQUEIRA, Daniel, et al. **Atlas da Violência 2017.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro, junho de 2017.
- CERQUEIRA, Daniel, et al. **Atlas da Violência 2019.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo, 2019.
- CERQUEIRA, Daniel. COELHO, D. S. C. **Democracia Racial E Homicídios De Jovens Negros Na Cidade Partida.** IPEA, Brasília, janeiro de 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: O sistema Penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro.** Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2016.

FLORES, Tarsila. **“Branco sai, preto fica”**: cenas sobre punição e genocídio negro no Distrito Federal. Revista InSURgência. Brasília. 2017.

FLORES, Tarsila. **Direitos humanos diversas abordagens**. Câmara Brasileira de Jovens Escritores. 1 ed. Rio de Janeiro, 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Acesso de Negros as Universidades Públicas**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

JACCOUD, Luciana. BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no brasil: um balanço da intervenção governamental**. Ipea: Brasília, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro, 1978.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018.

PASSOS, Flavio José dos. **A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial**. Educafro, 2017.

SINHORETTO, Jacqueline. MORAIS, Danilo de Souza. 2018. **“Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada”**. Revista de Estudios Sociales 64: 15-26, 2018.

TAVARES, Breitner. **Geração hip-hop e a construção do imaginário na periferia do Distrito Federal**. Revista Sociedade e Estado - Volume 25, Número 2, Maio / Agosto 2010.